



“SOB OS OSSOS DOS MORTOS” E A CONDIÇÃO DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS

Luís Cláudio Ferreira Silva – luisliteratura@hotmail.com
Escola Notre Dame, Maringá, Paraná, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-6462-446X>.

Marco Antonio Hruschka Teles – marcohruschka@hotmail.com
Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, Paraná, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-5777-6983>

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo mostrar a presença da ética senciocêntrica e do abolicionismo animal em uma obra literária. Para tal, foi necessária a leitura de alguns filósofos sobre o assunto, notadamente Sônia Felipe e Peter Singer. Primeiramente, fizemos uma breve apresentação dos pensamentos de alguns filósofos sobre o sofrimento animal, trazendo, ao fim dessa parte, as contribuições dos estudiosos já citados. Em seguida, fizemos uma apresentação do livro *Sob os ossos dos mortos*, da autora polonesa Olga Tokarczuk, vencedora do Nobel em 2018, livro que recebeu a tradução de Olga Baginska-Shinzato. À luz da teoria estudada, fizemos, então, uma análise da personagem Dusheiko, protagonista do romance, para ver como seus discursos e atitudes dialogam com a postura abolicionista proposta pelos autores estudados. É mister, no momento em que vivemos, falar sobre a questão animal nas mais diversas áreas científicas. Dentro dos estudos literários, entretanto, são discussões que ainda carecem de uma fortuna crítica mais copiosa. O presente trabalho se justifica, então, na medida em que pretende colaborar com o arcabouço de reflexões sobre essa temática. No embate dos discursos e pensamentos do livro, concluímos que, por um lado, o pensamento da população em geral pode ser considerado antropocentrista. Já o posicionamento ideológico de Janina Dusheiko, por outro, está determinado pelo sencientismo e pelo biocentrismo, de acordo com as reflexões de teóricos como Sônia T. Felipe. Dusheiko acredita que maltratar os animais, fazê-los sofrer, é um crime, é ser especista.

PALAVRAS-CHAVE: Abolicionismo; Animais não-humanos; *Sob os ossos dos mortos*.

1 A CONDIÇÃO DO ANIMAL NÃO-HUMANO AO LONGO DA HISTÓRIA

No próximo mês de maio, completaremos cento e trinta e dois anos da abolição da escravatura no Brasil. Nosso país foi o último do ocidente a oficializá-la, após mais de três séculos de escravizados trazidos da África. A assinatura da Lei Áurea, complementar à Lei do Ventre Livre, deu fim a uma prática que trouxe, estima-se, mais de três milhões de pessoas escravizadas.

Embora ainda haja algumas vozes dissonantes atualmente (o momento no país é realmente de intenso obscurantismo), é consenso que a escravidão é um mal, que não se pode privar alguém de liberdade e que é inadmissível a reificação de quem quer que seja. Aliás, apesar de ser uma prática ainda comum em alguns países subdesenvolvidos, a coisificação degrada o ser humano, obrigando-o a agir contra a sua própria vontade e reduzindo-o à condição de um objeto utilitário.

Quando se fala em escravidão humana, a opinião pública tende a enxergá-la como um acontecimento negativo no fluxo de sua história. Entretanto, quando se fala em escravidão dos animais

não-humanos, o debate torna-se mais complexo. É possível dizer que os animais existem apenas para atender aos desejos do homem? Seria adequado pensar em “escravidão” no que se refere à postura humana em relação aos animais? O que, de veras, difere o animal não-humano de nós, os animais humanos? Seria o fato de compreender, raciocinar e ter consciência de seus atos? Ou talvez de sentir dor? No intuito de problematizar esse tema e gerar reflexões, é válido lançar mão de aspectos de cunho filosófico.

Com efeito, trata-se de um assunto discutido desde a antiguidade grega. Para Aristóteles, era preciso evitar os maltratos dos animais, não porque eles são indivíduos que sentem dor ou têm raciocínio, mas porque são de pertencimento de alguém. Tratá-los com crueldade seria danificar o próprio patrimônio:

Para Aristóteles, maltratar animais não-rationais não faz o menor sentido, não porque os animais sofram ou sejam conscientes da dor, mas por serem propriedade (patrimônio) do homem livre. Tudo o que se faz ao animal (propriedade de um homem), que o possa estragar, ferir ou destruir, implica dano ao patrimônio desse (FELIPE, 2009, p. 6).

Essa postura, inclusive, parece ter sido perpetuada ao longo dos séculos, pois a tradição mostra que os animais existem apenas para servir aos interesses, sejam eles quais forem, dos humanos. O homo sapiens age como se fosse dono e mestre dos animais, independentemente de qual espécie seja, doméstico ou não. De acordo com Sônia Felipe (2009, p. 3),

Na história do pensamento ético ocidental, originada na Grécia, a partir do sexto século anterior à nossa era, concepções opostas da natureza viva animada foram elaboradas, por Pitágoras e por Aristóteles. Nossa formatação moral é signatária da concepção aristotélica, antropocêntrica e hierárquica, típica da racionalidade escravocrata. A concepção ética de Pitágoras nos teria levado ao domínio não-tirânico sobre outras espécies vivas, mas ela continua a ser ocultada nos ensinamentos acadêmicos.

Plutarco, filósofo romano dos séculos I e II d.C., é o primeiro a parecer mostrar uma certa consideração aos animais. Segundo ele, a crueldade praticada com os bichos brutaliza o ser humano. Trata-se de um passo importante na evolução do pensamento sobre esse tema. Antes de Plutarco, somente Pitágoras havia condenado os maus-tratos contra os animais não humanos. Contudo, seu posicionamento culminava em um caráter prático: era preciso evitar os castigos, pois as almas humanas poderiam se reencarnar nos animais.

Descartes, por sua vez, comparou o organismo dos animais a autômatos e máquinas, ou seja, eles não sentiriam dor alguma, não teriam capacidade de raciocínio. Para ele,

o que não parecerá de maneira alguma estranho a quem, sabendo quão diversos autômatos, ou máquinas móveis, a indústria dos homens pode produzir, sem aplicar nisso senão pouquíssimas peças, em comparação à grande quantidade de ossos, músculos, nervos, artérias, veias e todas as outras partes existentes no corpo de cada animal, considerará esse corpo uma máquina que, tendo sido feita pelas mãos de Deus é incomparavelmente mais bem organizada e capaz de movimentos mais admiráveis do que qualquer uma das que possam ser criadas pelo homem (DESCARTES, 1999, p. 81).

Muito embora haja uma ênfase na complexidade do sistema animal, a comparação com robôs revela um posicionamento preconceituoso e um pensamento ainda muito pouco desenvolvido sobre a temática. Demoraria muito tempo até que algum pensador tratasse dessa questão com maior profundidade, sobretudo estudos que propõem um olhar mais sensível para com os animais. É a partir das reflexões feitas nas décadas seguintes que basearemos a análise de nosso artigo.

2 PETER SINGER E SÔNIA FELIPE

Em nome do lucro e do bem-estar humano, os animais são frequentemente tratados como mercadoria. Seja no âmbito da alimentação, do vestuário ou da medicina, eles possuem apenas uma função: servirem à manutenção e ao desenvolvimento do ser humano. Com o advento da sociedade industrial, esses animais passaram, como qualquer outro produto, a ter finalidade comercial.

Consumir a vida alheia tornou-se a forma de vida de todos os humanos, da alimentação ao vestuário, do lazer ao medicamento, da cosmética à guerra. Tudo passa por tirar a vida dos animais, ou privá-los de seu bem-estar específico. Desde o Código de Hammurabi, a vida das bestas tinha valor, por ser objeto de troca. Hoje, quatro mil anos mais tarde, a vida de qualquer animal só tem valor se for de interesse comercial (FELIPE, 2009, p. 4).

Somente em 1974 é que houve um início de discussão mais séria no meio acadêmico em relação a essa questão. O filósofo ativista australiano Peter Singer se incumbiu de ampliar e aprofundar o debate. Em seu livro “Libertação animal”, ele afirma que a questão do raciocínio não é relevante nisso, mas sim a capacidade de sofrer. Ela é que deveria ser o critério da ética aplicada a outro ser:

Peter Singer assume a defesa dos animais, propondo que consideremos os interesses sencientes como parâmetro para julgar quem é digno, ou não, de consideração ética. Em relação a seres capazes de sentir dor e de sofrer, defende Singer, há pelo menos um interesse partilhado, seja humano ou animal não-humano: o interesse em não sentir dor e não sofrer (FELIPE, 2009, p. 13).

Singer (2004) alavanca o processo de reflexão no que se refere à pauta dos animais sencientes. O fato de ser capaz de raciocinar não é mais um divisor de águas para a análise do problema visto que há

seres humanos que não possuem necessariamente racionalidade e nem por isso são subjugados, coagidos ou maltratados, pois é constatado cientificamente que sentem dor. Dessa forma, o que passa a interessar é a potencialidade para as sensações, em especial a dor e o sofrimento.

O filósofo vai além, cunha o termo “especismo”. Se temos o termo machismo para falar da dita superioridade masculina e racismo para o ato de julgar uma etnia superior à outra, agora temos o especismo como termo referente ao ato de se colocar uma espécie superior à outra.

O especismo - a palavra não é bonita, mas não consigo pensar num termo melhor - é um preconceito ou atitude de favorecimento dos interesses dos membros de uma espécie em detrimento dos interesses dos membros de outras espécies.[...] Se um ser sofre, não pode haver justificação moral para recusar ter em conta esse sofrimento. [...] Assim, o limite da senciência (utilizando este termo como uma forma conveniente, se não estritamente correta, de designar a capacidade de sofrer e/ou, experimentar alegria) é a única fronteira defensável de preocupação relativamente aos interesses dos outros (SINGER, 2004, p. 19-20).

No Brasil, Sônia T. Felipe é referência no assunto e possui uma respeitável produção científica. Suas pesquisas e seu engajamento contribuem significativamente com as reflexões acerca da crítica à moralidade especista e das implicações éticas no contexto animal. De acordo com ela,

em vez de se continuar a defender uma liberdade ilimitada, para os humanos, de tratar animais como se fossem coisas, das quais podem apropriar-se e dispor, deve-se estabelecer limites à liberdade dos seres humanos, impondo-lhes tantas restrições quantas forem necessárias à proteção da vida, da integridade física e emocional, e do direito de mover-se para prover-se com bem-estar no ambiente natural e social, de cada espécie animal (FELIPE, 2006, p. 211).

Um de seus trabalhos mais importantes é o artigo “Antropocentrismo, senciencismo e biocentrismo”, publicado na Revista Páginas de Filosofia, em 2009. Nele, a estudiosa disserta sobre essas três visões de mundo e sociedade, mostrando como se configura a visão humana para com o indivíduo animal.

Segundo Felipe, no antropocentrismo não há quaisquer direitos para os animais. Trata-se do pensamento do ser humano no centro do universo, que foi muito importante a partir da renascença, na sua evolução em relação a deus ou à religião. Entretanto, para os animais não-humanos nada mudou, uma vez que esse pensamento é hierárquico e não oferece a eles condições para serem considerados sujeitos.

Dentro do pensamento senciencista, Felipe afirma que “humanos e não-humanos dotados de órgãos sensoriais, portanto, seres sencientes, cada espécie num tempo abreviado ou prolongado, passam pela mesma agregação de valor que os torna sujeitos-de-suas-vidas (FELIPE, 2009, p. 14). Os animais

precisam da interação com seu grupo e habitat, pois é a partir dessa relação que nasce o sujeito. Mantê-los encarcerados e privá-los de sua liberdade representa uma tortura para eles.

Dotado da liberdade de mover-se para prover-se, todo animal é constituído de uma forma específica de senciência (sensibilidade e consciência), sem a qual não poderia gravar nem articular os conceitos necessários à manutenção de sua vida e à prevenção contra os riscos e ameaças representados pelo ambiente natural e social específicos. Por isso, acorrentar, aprisionar e manter confinados os animais representa para eles um dos piores tormentos, pois ao nascerem foram separados da fonte de provimento, representada por suas progenitoras. Isso vale para qualquer espécie animal. Humanos demoram décadas para aprender as complexas interações requeridas para garantir o movimento para o autoprovisionamento. Animais têm um tempo mais curto para configurarem sua mente senciência (FELIPE, 2009, p. 14-15).

O biocentrismo prega o respeito pela natureza em geral, não se importando se é animal, vegetal ou mineral. Todos teriam um valor inerente que deveria ser respeitado, logo seria uma ética com o planeta, ecossistemas, biodiversidade, entre outros: “A perspectiva biocêntrica leva em conta o bem próprio dos pacientes morais, considerado o valor mais elevado a ser preservado nas ações que têm a pretensão de serem consideradas éticas” (FELIPE, 2009, p. 16).

Na relação “animais e literatura”, que é o que nos interessa particularmente, destacam-se os trabalhos orientados pela professora Evely Vânia Libanori, da Universidade Estadual de Maringá, sempre voltados para a representatividade dos animais não-humanos dentro da literatura. Destaque para o livro *Animais e literatura: ética e poética* (2018), organizado por Libanori e Braga, livro no qual há artigos que analisam obras de Clarice Lispector, Guimarães Rosa, entre outros. Na apresentação do livro, as autoras dizem:

A Literatura tem sido uma interessante esfera para promover discussões acerca do especismo e do tratamento ético, na verdade, antiético, que geralmente dispensamos aos animais e para o questionamento sobre as tênues fronteiras entre humanos e não humanos. O animal, em vários textos literários que lhe dão vida, também entendidos como “Poética Animal” – procedimento estético utilizado para a recriação literária dos animais em obras ficcionais –, é retirado do estado de “coisa” para ser alçado à categoria de Ser e, então, passa a ser visto no seu próprio ethos. Atualmente, inúmeros pesquisadores têm voltado cada vez mais o seu olhar crítico para a contemplação e análise da presença dos animais de diferentes espécies na Literatura (LIBANORI & BRAGA, 2018, p. 10).

Clarice Lispector, inclusive, é um dos primeiros nomes que vêm à mente quando pensamos na relação humanos e animais não-humanos. Esses últimos aparecem com frequência na obra da autora e quase sempre intervêm de maneira decisiva na vida das personagens humanas. Os contos “Búfalo” e

“Tentação”, bem como o romance “A paixão segundo GH” são exemplos de produções que enfatizam a questão animal.

Para o presente trabalho, escolhemos o romance *Sobre os ossos dos mortos*, da escritora polonesa Olga Tokarczuk, pois acreditamos que a personagem principal, Janina Dusheiko, é dotada de uma complexa visão de mundo que dialoga com as teorias apresentadas nessa primeira parte do artigo.

3 “SOB OS OSSOS DOS MORTOS”: DISCURSO E POSTURA ABOLICIONISTAS

Perto da fronteira com a Tchécua, há um vilarejo no qual se desenvolve uma história com uma atmosfera bem sombria. Trata-se de um lugar com pouca incidência de sol, muita neve e frio. O ambiente inóspito influencia no comportamento das personagens, muitas vezes sombrias e misteriosas. Eis o ambiente de *Sobre os ossos dos mortos*, livro da polonesa Olga Tokarczuk, publicado em 2009 e que venceu o prêmio Nobel de 2018 – galardoado em 2019.

A arte de capa, brilhantemente feita por Flávia Castanheira, contribui para o tom macabro da obra, lançada em 2019 no Brasil pela editora Todavia. Nela, há o retrato do vilarejo onde se passa a história. O chão está coberto de neve, o céu, escuro e baixo, parece querer engolir tudo, as árvores estão secas e há animais mortos, ossos e sangue.

A narradora do livro é a senhora Dusheiko, uma mulher que parece esconder dentro de si muita escuridão, que se revela paulatinamente no decorrer da trama. Na terminologia de Gérard Genette (2017), temos um narrador autodiegético¹, ou seja, aquele que narra a própria história. Professora de inglês da escola local, ela também cuida das casas de vários moradores durante o inverno. São residentes que buscam refúgio na cidade grande mais próxima porque o vilarejo se torna quase inabitável.

Os comportamentos aparentemente estranhos da narradora se alternam com falas e atos que conquistam o leitor. Ela é defensora dos animais e briga, até mesmo fisicamente, com várias pessoas do povoado contra a caça nos arredores. Ela é vegetariana e podemos dizer, devido à sua postura e ao seu comportamento, que ela é uma espécie de abolicionista animal.

Logo no primeiro capítulo há a morte de Pé Grande – a narradora não chama os outros personagens pelo nome, mas inventa apelidos para eles. O homem morre engasgado com um osso de corça. É só o primeiro dos casos de assassinatos misteriosos na região. Dusheiko, a partir de então, começa a desenvolver uma teoria que, aos olhos de seus vizinhos, parece absurda: os animais estão se vingando dos seres humanos.

A atmosfera então se torna cada vez mais *noir* nesse romance policial de ritmo próprio. O New York Times o classificou como “fábula filosófica”, embora nenhum animal tenha realmente fala e participação ativa no romance. Trata-se, entretanto, de uma história sobre sociedade e como o ser

humano pode ser cruel, naturalizando a própria perversidade ao criar leis que regerão apenas em prol de seus atos.

Dusheiko é considerada por parte de seus vizinhos como uma mulher excêntrica. Alguns a veem como uma bruxa ou feiticeira, caracterização historicamente construída e imposta a pessoas cujo comportamento não se enquadra dentro dos padrões socialmente estabelecidos. O seu desenvolvimento enquanto personagem e seus atos públicos só colaboram para que a imagem se cristalize e as pessoas comecem a vê-la com olhos ainda mais preconceituosos.

Sua melancolia, potencializada pela morte de suas cadelas, ao invés de lhe causar um torpor absoluto, parece impeli-la a ações controversas e profundas reflexões acerca do humano, sobretudo sua maldade. De personalidade múltipla, Janina estuda, juntamente com um amigo, a poesia de Blake, de quem a autora emprestou um verso para o título do romance.

A protagonista é então uma defensora dos animais não-humanos. Ela se dá muito bem com eles. Consegue admirar a sua beleza e compreender o seu espaço na completude do universo sem interferir no seu habitat e na sua individualidade. Observa de longe as corças, lobos e outros animais que habitam o vale onde ela mora. Faz de tudo para não lhes atrapalhar. A relação de Dusheiko com os animais é, sem dúvida, mais intensa e natural do que a que ela tem com os seres humanos.

Atos e palavras mostram que a protagonista é uma abolicionista. Além de não comer carne e não interferir no habitat dos animais não-humanos, ela também luta contra os caçadores. Pouco importa se é temporada de caça ou não, para ela, caçar é assassinar. Ela não aceita haver a liberação para a prática em períodos específicos, uma vez que, de todo modo, trata-se de tirar a vida de seres sencientes:

Foi então que senti uma onda de ira, genuína – para não dizer divina. Ela me inundou por dentro como uma onda quente e ardente. Essa energia me fez bem, parecia me tirar do chão, um pequeno Big Bang no universo do meu corpo. Um fogo queimava dentro de mim como uma estrela de nêutrons. Lancei-me para a frente e empurrei o homem do chapéu ridículo com tanta força que ele caiu na neve, completamente espantado. E quando o Bigodudo correu para ajudá-lo, eu o ataquei também, acertando o seu braço com toda minha força. Ele gemeu de dor. Não sou uma garota fraca (TOKARCZUK, 2019, p. 64).

A partir do excerto, é possível perceber que ela não mede esforços para tentar impedir a caça. Contudo, seu alcance é limitado, uma vez que os caçadores estão dentro da lei, a atividade venatória era permitida naquela época do ano. Dusheiko se via encurralada, desprovida de possibilidades, não só por estarem em maior número, mas por estarem aparados por instituições maiores.

No caminho de casa, enquanto um dos homens a acompanha para que ela não cause mais nenhum problema, ela reflete sobre a crueza daquele ato: inúmeros caçadores matando vários animais ao mesmo tempo. Ela compara seu vilarejo a Auschwitz: “Alguém consegue se acostumar com isso? Aprender a

viver com isso assim como as pessoas que vivem na cidade de Oświęcim (que abrigou Auschwitz) ou Hiroshima sem pensar jamais no que aconteceu lá no passado” (TOKARCZUK, 2019, p. 65). A matança animal é considerada por ela um holocausto. Sua perspectiva está dotada de conceitos históricos, aproximando a prática predatória animal a um genocídio.

A protagonista é chamada várias vezes para dar esclarecimentos sobre os assassinatos. Ela conhecia todas as pessoas que foram mortas de maneira misteriosa e cujo assassino ainda era desconhecido. Mas ela também vai à delegacia inúmeras vezes para ver se a polícia local já havia descoberto quem eram os assassinos de suas cadelas, mortas em uma noite de inverno. Dusheiko acredita que a polícia conhece o assassino, ou assassinos, mas que prefere manter sua identidade em segredo porque pode ser alguém influente ou com contatos importantes.

Em uma de suas idas à delegacia, inflamada pelo comportamento desdenhoso dos policiais, Dusheiko faz um discurso a partir do qual é possível mensurar o seu engajamento com a causa. Ela mostra para o policial, e para algumas pessoas que ali estão, que os seres humanos usam os animais não-humanos como objetos, fazendo-os sofrer e os matando a seu bel prazer.

O ato de matar se tornou impune. E por ser impune, ninguém o percebe mais. E já que ninguém percebe, não existe. Quando passam pelas vitrines dos açougues onde grandes pedaços vermelhos de corpos esquartejados estão pendurados em exposição, acham que aquilo é o quê? Não refletem sobre isso, não é? Ou quando pedem um espetinho ou um bife, o que recebem, então? Nada disso assusta mais. O assassinato passou a ser considerado algo normal, virou uma atividade banal. Todos o cometem. Assim seria o mundo se os campos de concentração se tornassem algo normal. Ninguém veria nada de errado neles (TOKARCZUK, 2019, p. 102).

Dusheiko não se conforma com a atitude humana em relação aos animais não-humanos. Partindo de sua indignação pela morte de suas cachorras, enfatiza também a questão da caça e de todo o comportamento da humanidade. Afirmo que não é possível que um corpo possa ser transformado em sapatos, almôndegas, salsichas ou tapetes. Como poderíamos nos escandalizar com campos de concentração e não entender que frigoríficos são praticamente equivalentes à prática nazista?

A protagonista chama esse ato de macabro, pois a responsabilidade dos seres humanos com os animais é de guiá-los e cuidar deles, não de matá-los de maneira cruel e usá-los como objetos. Se o ser humano “parou” de matar outros seres humanos (ao menos o ato passou a ser condenável), a prática não parece ter sido a mesma para os animais: “Que mundo é esse onde matar e causar dor é tido como algo normal? O que diabo acontece com a gente?” (TOKARCZUK, 2019, p. 104).

Ao analisar o perfil da narradora-protagonista, é possível afirmar que o seu posicionamento ideológico está voltado para o abolicionismo, ou seja, para o direito dos animais, pois Dusheiko vê o ser humano em posição de tirania, cuja postura é escravagista em relação aos animais:

O mesmo desejo de tirania dominou os homens por milênios, durante os quais humanos foram submetidos a toda espécie de discriminação: racismo, sexismo, machismo, elitismo, geracionismo, especismo (definidas nas notas introdutórias, acima), como meio de acumular benefícios para os discriminadores. A escravização de humanos deixou de ser justificada moralmente, desde há pelo menos dois séculos, ainda que não tenha sido abolida da face da terra. Não abandonamos, no entanto, a idéia de que os animais devem ser mantidos na condição da qual nós, humanos, ainda não nos livramos inteiramente, a de seres vivos escravizados para benefício dos proprietários humanos (FELIPE, 2006, p. 219).

Dusheiko ainda revela como há hipocrisia nos seres humanos em relação à morte desses animais. Nessa mesma cena da delegacia, ela retira um tufo de pelos de um javali que ela encontrou morto por caçadores. Joga esses pelos e um pedaço de carne do animal sobre a mesa do policial, que se sente nauseado. Ela lhe pergunta se ele tem nojo de sangue e, sem deixar que ele responda, deduz que ele goste de chouriço, prato que contém sangue.

Em outras palavras, o ser humano se escandaliza com sangue, sente repulsa ao vê-lo, choca-se com a morte se ela estiver próxima a ele. Contudo, se não interferir diretamente em sua vida, passa a ser aceitável.

A dita superioridade humana deveria, segundo Felipe, transmutar-se em algo maior, em responsabilidade, por exemplo: tanto animais quanto crianças são abandonados, vítimas de uma concepção de superioridade que deveria ser revestida de lucidez, obrigação e cuidado com relação aos outros seres que compõem a esfera vital no planeta (FELIPE, 2010).

Ao invés de subjugar, maltratar e matar, os seres humanos deveriam cuidar dos animais não-humanos. Dusheiko encarna a sua voz, pois eles são desprovidos de direitos efetivos, entregando a sua sorte nas mãos de pessoas que estão constantemente avaliando o preço de sua pele e de sua carne.

Entretanto, o viés escolhido por Janina para representar a fauna local foi justamente a eliminação dos exploradores. Após espalhar a ideia de que os animais estariam se vingando dos seres humanos por terem sido caçados durante tanto tempo, as revelações não tardaram. A polícia descobriu que a senhora Dusheiko estaria diretamente ligada aos assassinatos ocorridos na região.

Quando não há mais como esconder, ela confessa aos amigos mais próximos como foi que teve a ideia de matar em nome dos animais:

Quando voltei para casa de madrugada, depois daquela noite terrível vestindo Pé Grande, já sabia o que tinha que fazer. Aquelas corças que avistamos em frente à casa me disseram. Elas me escolheram dentre outras pessoas – talvez porque não coma carne e elas sentem isso – para que eu continuasse a agir em seu nome. Apareceram diante de mim como o cervo de Huberto – para que, em segredo, virasse a mão castigadora da justiça. Não só das corças, mas de outros animais também, visto que não têm voz nos

parlamentos. Deram-me até uma ferramenta muito hábil. Ninguém suspeitou (TOKARCZUK, 2019, p. 235).

A protagonista questiona a relação da religião com o holocausto animal. O padre da cidade faz uma missa que celebra o período das caças, as ceias religiosas comemorativas são cheias de animais e os lugares para caça são chamados de púlpitos. Durante a cerimônia, enquanto ouvia o sermão do capelão, Dusheiko se exalta e coloca em xeque a filosofia cristã, evidenciando a hipocrisia da sociedade e da religião, pois o “não matarás”, mandamento clássico, não inclui os animais.

Essas figuras bizarras tinham quatro pernas e uma guarita no topo com aberturas para o disparo de armas. Chamavam-nas de púlpitos, púlpitos para caça. Esse nome sempre me espantava e causava irritação. O que se ensinava nesses púlpitos? Que evangelho se pregava ali? Não é o cúmulo de presunção, uma ideia diabólica, denominar assim o lugar de onde se mata? (TOKARCZUK, 2019, p. 57).

De fato, no mundo pagão, encontrava-se o sagrado em entidades não humanas, disseminado pelo mundo, representado por elementos da natureza, como o mar, a floresta, as montanhas e os céus. Num movimento de baixo para cima, era o homem que enaltecia os deuses. O sacro possuía um caráter excêntrico à figura humana. A partir do cristianismo,

o divino se encontra na figura humana; só o homem é herdeiro do reino dos céus. Tudo é submetido à potência do Filho do Homem, unicamente aí brilhando a luz sobre as trevas. O cristianismo opera, como sabemos, uma dessacralização das coisas, em proveito do novo templo de Deus sobre a terra – o homem. O cristianismo descobriu o homem, legitimando a sua supremacia sobre as coisas (SILVA, 2009, p. 337).

O ideal cristão vê o homem como o núcleo do universo celestial. O próprio templo do divino. Nega-se a compreensão do homem enquanto ser integrante da conexão sagrada que abarca todas as coisas, própria do cosmo. A fórmula essencial cósmico-mágico-divina está perdida. O homem divinizado está desvinculado disso, pois é a torre do farol, a luz no fim do túnel, a esperança, mas a esperança apenas para aqueles de sua espécie. Hierarquiza-se, desconsiderando os animais não-humanos, a vegetação e a natureza, colocando-se acima de todos os elementos, que devem ser considerados como oferenda ao seu poder, proveniente de sua fusão, por meio de Jesus, com Deus. A verdade possui a face do ser humano e somente ele pode manipulá-la. Com efeito,

para os engendrados em Cristo, a única forma de sabedoria é o conhecimento de Deus como protoforma sagrada do humano. Esse refluxo da substância divina *in interiore homine* significou evidentemente a completa desdivinização (*Entgötterung*) das outras possibilidades de ser (SILVA, 2009, p. 339).

O homem fez secar a natureza, exterminou a essência dos elementos naturais a partir do momento em que encarnou a totalidade do sagrado. Decretou a morte do grande *Pan* (o Todo), dificultando a relação do ser humano com o seu próprio habitat e comprometendo a essência do homem enquanto ser de relações. O mundo perdeu a sua interioridade, passando a ser apenas uma representação da autointuição do próprio homem. Ao legislar sobre todas as coisas, o homem deu o veredito sobre quem deve viver ou morrer, declarando-se o único merecedor, impedindo a veneração e a contemplação do divino em suas mais heterogêneas manifestações. Em *Sobre os ossos dos mortos*, matar os caçadores pode ser interpretado como uma tentativa de reestabelecer a ordem vigente. Em outras palavras, devolver aos animais o seu direito à vida, retirado brutalmente pelos humanos. Não se trata de justificar a violência de um assassinato, mas sim de restaurar o equilíbrio na natureza, na qual todos os seres teriam a permissão de existir sem hierarquizações, tiranias ou dominações por parte de ninguém.

À senhora Dusheiko, só resta enterrar as carcaças que encontra. Chega a construir um cemitério no próprio quintal, oferecendo uma última morada aos animais mortos naturalmente ou que foram assassinados por humanos. Sua relação com os bichos é tão forte, em detrimento da relação que ela mantém com outros humanos, que seu desejo é morrer e permanecer enterrada junto àqueles com quem compartilha uma energia cósmica especial:

Como de costume, depusitei uma pedra sobre o túmulo. Em meu cemitério, já havia muitas pedras desse tipo. Jaziam aqui: um gato velho cujo cadáver encontrei no porão quando comprei esta casa, e uma gata meio selvagem que morreu logo depois do parto junto com seus filhotes. Havia uma raposa, morta pelos operários na floresta por estar supostamente contagiada com raiva, algumas toupeiras e uma corça atacada pelos cães até à morte no inverno passado. Quanto àqueles que eu achava mortos na floresta, presos nas armadilhas de Pé Grande, apenas os transferia para outro local, para que, ao menos, alguém se alimentasse deles. O cemitério estava localizado num lugar pitoresco, às margens de uma lagoa, numa suave encosta de onde se podia ver quase todo o planalto. Também queria fazer ali e tomar conta de tudo para sempre (TOKARCZUK, 2019, p. 48).

Notamos que a relação estabelecida entre a narradora do romance e os animais ultrapassa aquela mantida com outros seres de seu círculo de convivência. Trata-se de um vínculo etéreo, culminando em assassinatos, a forma de justiça escolhida pela protagonista para vingar e, ao mesmo tempo, parar as mortes dos animais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À senhora Dusheiko só restou enfrentar de maneira física, por meio de assassinato, aqueles que ameaçavam o equilíbrio natural de seu povoado. Sua voz era a única em um meio não disposto sequer a repensar os atos, a discutir, a considerar que sua prática não era ética com os animais. Sua postura não

era somente com relação ao consumo de carne, mas sobretudo pela maneira com que as pessoas tratavam os animais não-humanos, matando-os de maneira cruel por pura diversão.

Se, por um lado, o pensamento da população em geral pode ser considerado antropocentrista, o posicionamento ideológico de Janina Dusheiko, por outro, está determinado pelo sencientismo e pelo biocentrismo, de acordo com as reflexões de teóricos como Sônia T. Felipe. Dusheiko acredita que maltratar os animais, fazê-los sofrer, é um crime, é ser especista. Ao tirar a vida de um ser senciente, o homem interfere diretamente no ecossistema, desequilibrando-o e colaborando para a sua degradação.

A voz de Dusheiko estabelece representatividade em um meio no qual não há respeito, no qual os animais não-humanos não conseguem se manifestar. Felizmente o pensamento pautado na inferioridade desses animais já não é unânime e discussões como as dos teóricos mencionados no presente trabalho têm colaborado para o avanço nesses temas. Além disso, um romance como *Sobre os ossos dos mortos*, com uma protagonista ativista como Dusheiko, pode fazer o que a arte faz de melhor: sensibilizar.

5 REFERÊNCIAS:

- DESCARTES, René. Discurso do método. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1999.
- FELIPE, Sônia T. *A legislação brasileira e a proteção aos animais*. ANDA, 2 de março de 2010. Disponível em “<https://www.anda.jor.br/2010/03/a-legislacao-brasileira-e-a-protecao-aos-animais/>”. Acesso em 15 de janeiro de 2020.
- FELIPE, Sônia T. *Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatutos dos animais não-humanos*. Revista Página de Filosofia, v.1, n.1, jan-jul/2009.
- FELIPE, Sônia T. *Fundamentação ética dos direitos dos animais: O legado de Humphry Primatt*. In: Revista brasileira de direito animal, v. 1, n. 1, 2006.
- LIBANORI, Evely & BRAGA, Elda Firmo (Org.). *Animais e Literatura: ética e poética*. Rio de Janeiro: Oficina da Leitura, 2018.
- SILVA, Vicente Ferreira da. *Dialética das consciências: obras completas*. Organização e preparação de originais Rodrigo Petronio; introdução Miguel Reale; posfácios Luigi Bagolini e Vilém Flusser. São Paulo: É Realizações, 2009.
- SINGER, Peter. *Libertação animal*. Porto Alegre: Lugano, 2004.
- TOKARCZUK, Olga. *Sob os ossos dos mortos*. Tradução de Olga Baginska-Shinzato. São Paulo: Todavia, 2019.

Title

“Drive your plow over the bones of dead” and the condition of non-human animals.

Abstract

The present article aimed to study the presence of sentocentric ethics and abolitionism animal in a literary book. For that, we read some philosophers on this subject, notably Sonia Felipe and Peter Singer. First, we made a brief presentation of the thoughts of some philosophers about animal suffering, bringing to the end of this part the contributions of the philosophers already mentioned. Then, we gave a presentation of the book *Drive your plow over the bones of the dead*, read by the Polish author Olga Tokarczuk, the 2018 Nobel Prize Winner, a book that was translated in Portuguese by Olga Baginska-Shinzato. In the light of the studied theory, we analyzed the character Dusheiko, protagonist of the novel, to see how her discourses and attitudes dialogue with the abolitionist stance propose by the authors studied. It's necessary, at this moment, to talk about the animal issue in the most diverse scientific areas. Within literary studies, however, these discussions needs a more copious critical fortune. The present article is justified, then, insofar as it intends to collaborate with the framework of reflections on this subject. In the clash of speeches and thoughts in the book, we conclude that the thinking of the people can be considered anthropocentric. Janina Dusheiko's ideological positioning, on the other hand, is determined by sentientism and biocentrism, according to the reflections of the theorists such as Sônia T. Felipe. Dusheiko believes that mistreating animals, making them suffer, is a crime, it means being a speciesist.

Keywords

Abolitionism; Non-Human Animals; Drive Your Plow Over the Bones of the Dead.

Recebido em: 19/10/2020.

Aceito em: 03/03/2021.